



PLANO DE CONTINGÊNCIA 2021

VENDAVAL

COBRADE 1.3.2.1.5



DEFESA CIVIL, AMPARANDO E PROTEGENDO

VERSÃO: 01

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 27/11/2020

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1 DOCUMENTO DE APROVAÇÃO	4
1.2 INSTRUÇÕES PARA MANUTENÇÃO DO PLANO	5
2. FINALIDADE	5
3. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS	6
3.1 FATORES AGRAVANTES	7
3.2 RISCOS DE VENDAVAL.....	8
4. OPERAÇÕES.....	9
4.1 AUTORIDADE	10
4.2 MOBILIZAÇÃO.....	11
4.3 ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA	11
4.4 AÇÕES DE RESPOSTA	14
4.4.1 PRÉ-DESASTRE	14
4.4.1.1 IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	14
4.4.1.2 MONITORAMENTO.....	14
4.4.2 DESASTRE	16
4.4.2.1 ACIONAMENTO DOS RECURSOS	16
4.4.2.2 DIMENSIONAMENTO DO EVENTO E DA NECESSIDADE DE RECURSOS	16
4.4.2.3 MOBILIZAÇÃO E DESLOCAMENTO DOS RECURSOS	16
4.4.2.4 INSTALAÇÃO DA SALA DE COOPERAÇÃO	16
4.4.2.5 ORGANIZAÇÃO DA ÁREA AFETADA.....	17
4.4.2.6 DECRETAÇÃO DE SE OU ECP E ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS.....	17
4.4.2.7 AÇÕES DE SOCORRO	17
4.4.2.7.1 BUSCA, RESGATE E SALVAMENTO	18

4.4.2.7.2 PRIMEIROS SOCORROS E ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	18
4.4.2.7.3 ATENDIMENTO MÉDICO E CIRÚRGICO DE URGÊNCIA.....	18
4.4.2.7.4 EVACUAÇÃO	18
4.4.2.8 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA	18
4.4.2.8.1 CADASTRAMENTO DAS VÍTIMAS.....	18
4.4.2.8.2 ABRIGAMENTO	19
4.4.2.8.3 RECEBIMENTO, ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DOAÇÕES	19
4.4.2.8.4 ATENDIMENTO AOS GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS	19
4.4.2.9 MANEJO DE MORTOS	20
4.4.2.10 MOBILIZAÇÃO ADICIONAL DE RECURSOS	20
4.4.2.11 ATENDIMENTO A IMPRENSA	20
4.4.2.12 AÇÕES DE REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS	20
4.4.2.12.1 RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	20
4.4.2.12.2 RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS	20
4.3 ATRIBUIÇÕES	21
4.3.1 ATRIBUIÇÕES GERAIS	21
4.4 DESMOBILIZAÇÃO	21
5. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS	22
5.1 MATRIZ DE ATIVIDADES X RESPONSABILIDADES	22

Anexos

A – MATRIZ DE RESPONSABILIDADES – VENDAVAL




1. INTRODUÇÃO

1.1 DOCUMENTO DE APROVAÇÃO

Em respeito as regras sanitárias básicas de prevenção ao contágio do novo coronavírus (COVID -19), a elaboração e atualização do Plano Verão 2020/2021, foi realizada de forma online. Os grupos foram divididos conforme as ações desempenhadas por cada um, sendo estes: socorro, assistência e reabilitação para às emergências e desastres ocasionados, principalmente, pelo incremento das precipitações hídricas.

Este Plano de Contingência estabelece os protocolos e procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos, direta ou indiretamente, na resposta às emergências e desastres causados por vendaval. Tal ameaça está inserida na categoria natural da Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE relacionados ao Grupo Meteorológico, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE).

CATEGORIA	GRUPO	SUBGRUPO	TIPO	SUBTIPO	CONCEITO	COBRADE	SIMBOLOGIA
1. NATURAL	3. METEOROLÓGICO	2. TEMPESTADE	1. TEMPESTADE LOCAL / CONVECTIVA	5. VENDAVAL	Deslocamento violento de uma massa de ar. Forma-se, normalmente, pelo deslocamento de ar de área de alta para baixa pressão. Ocorre, eventualmente, quando da passagem de frentes frias, e sua força será tanto maior quanto maior a diferença de pressão das "frentes". Também chamado de vento muito duro, corresponde ao número 10 da Escala de Beaufort, compreendendo ventos cuja velocidade varia entre 88,0 a 102,0 km/h. Os vendavais normalmente são acompanhados de precipitações hídricas e granizo.	1.3.2.1.5	

O presente documento foi elaborado para que os órgãos possam atuar de acordo com as competências que lhes são conferidas, bem como realizar as ações para a criação e manutenção das condições necessárias ao desempenho das atividades e responsabilidades aqui previstas.

Para o aperfeiçoamento deste Plano, serão regularmente realizados exercícios simulados de acordo com os procedimentos aqui estabelecidos.

Vale ressaltar que a Secretaria de Defesa Civil e Ações Voluntárias atua de forma articulada com as demais secretarias do município, além dos diversos órgãos do estado, do governo federal e demais instituições que atuam direta ou indiretamente para a redução de desastres e apoio às comunidades atingidas. Esta abordagem sistêmica permite que as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação sejam melhores executadas. Todas as medidas adotadas são de caráter permanente e cíclico, ou seja, estarão sempre sendo revistas e atualizadas.

Todos os registros de desastres ficarão arquivados a fim de auxiliar na sua revisão e em futuros planejamentos.

1.2 INSTRUÇÕES PARA MANUTENÇÃO DO PLANO

Para melhoria e concretização deste Plano de Contingência, os órgãos envolvidos na sua elaboração e aplicação devem realizar exercícios simulados em conjunto, sob a coordenação da Secretaria de Defesa Civil e Ações Voluntárias.

Ao final de cada exercício, orienta-se a confecção um relatório destacando os pontos do Plano que merecem alteração ou reformulação, bem como as dificuldades encontradas na sua execução. Com base nestas informações será lançada uma nova versão, que deverá ser distribuída para todos os participantes.

Caberá à Secretaria de Defesa Civil e Ações Voluntárias criar um sistema de avaliação dos exercícios simulados, sendo esta ação executada em conjunto com os demais órgãos envolvidos.

2. FINALIDADE

A finalidade deste Plano de Contingência é estabelecer ações e responsabilidades dos órgãos envolvidos na resposta às emergências e desastres, quando da atuação direta ou indireta, para vendaval no município de Petrópolis, recomendando e padronizando, os aspectos relacionados ao monitoramento para emissão dos níveis de **VIGILÂNCIA, ATENÇÃO, ALERTA e ALERTA MÁXIMO**, tal como na resposta,

incluindo as ações de socorro, assistência e reabilitação de cenários, a fim de reduzir os danos e prejuízos decorrentes do desastre e restabelecer a normalidade no menor prazo possível.

Estes níveis são relativos às ocorrências de chuvas, pois não existe um protocolo definido para a incidência de ventos na Cidade.

3. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS

Este Plano de Contingência foi desenvolvido por meio da análise de avaliações técnicas e mapeamentos de risco nas áreas identificadas como prováveis e relevantes de ocorrerem emergências e desastres de vendaval.

O município de Petrópolis possui uma área de 791,144 km² (IBGE, 2017) e está situado na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, a 68 km da capital. Localizado na Serra do Mar e altitude média de 840 m, limita-se ao Norte com São José do Vale do Rio Preto, a Leste com Teresópolis e Magé, ao Sul com Duque de Caxias e Miguel Pereira e a Oeste com Paty de Alferes, Paraíba do Sul e Areal.

Com uma população estimada de 305.687 habitantes (IBGE, 2018), predominantemente urbana (95,1%) (IBGE, 2010), sua economia está baseada, principalmente, no turismo, na indústria têxtil e no comércio.

Tabela 2 - Distribuição do número habitantes por Distritos em Petrópolis (IBGE, 2010).

DISTRITO	NOME	POPULAÇÃO	%
1°	PETRÓPOLIS	185.876	62,81
2°	CASCATINHA	64.936	21,94
3°	ITAIPAVA	20.444	6,91
4°	PEDRO DO RIO	14.079	4,76
5°	POSSE	10.582	3,58
TOTAL		295.917	100

O território de Petrópolis está dividido em cinco distritos:

- ✓ 1º Distrito – Petrópolis – 143 km²;
- ✓ 2º Distrito – Cascatinha – 274 km²;
- ✓ 3º Distrito – Itaipava – 121 km²;
- ✓ 4º Distrito – Pedro do Rio – 210 km²;
- ✓ 5º Distrito – Posse – 63 km².

Município de Petrópolis



Figura 1 - Representação de Petrópolis com seus respectivos distritos (Plano Diretor de Petrópolis, 2014).

Petrópolis apresenta um clima quente e temperado. Existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano. A temperatura média é de 18.4°C. No mês de fevereiro, o mês mais quente do ano, a temperatura média é de 21.7°C. A temperatura média em julho, é de 15.2°C. A pluviosidade média anual é de 1929mm. O mês mais seco é julho e tem 56 mm de precipitação. O mês de maior precipitação é dezembro, com uma média de 307 mm.

3.1 FATORES AGRAVANTES

Na medida em que se expande o processo de urbanização, aumenta também a preocupação com os impactos dos desastres naturais e antrópicos sobre a sociedade, os quais podem causar diferentes danos à vida humana, como: elevados números de mortos e feridos, altos índices de desabrigados, prejuízos econômicos, impactos sociais, etc.

Muitos destes problemas urbanos refletem-se nos desastres que ocorrem nesta cidade, como os movimentos de massa, as inundações bruscas e os vendavais, expondo os munícipes a um aumento considerável dos riscos em todas as regiões de Petrópolis, que passam por um intenso processo de crescimento físico e populacional, de característica desordenada e com aumento da vulnerabilidade.

3.2 RISCOS DE VENDAVAL

Os vendavais caracterizam-se por perturbações marcantes no estado normal da atmosfera. O deslocamento violento de uma massa de ar, de uma área de alta pressão para outra de baixa pressão. Estes são chamados, também, de ventos muito duros, correspondendo ao número 10 da Escala de Beaufort, compreendendo ventos cujas velocidades variam entre 88,0 a 102,0 km/h.

A escala idealizada pelo almirante e hidrógrafo inglês Sir Francis Beaufort, em 1806, que foi modificada e hoje serve de referência para medir os efeitos desses fenômenos eólicos correntes nos continentes.

Tabela 3 - Escala de Beaufort.

Nº DA ESCALA	NOMENCLATURA	VELOCIDADE DO VENTO EM km/h	CARACTERIZAÇÃO
0	Vento calmo ou calmaria	0 – 1	Nada se move. A fumaça sobe verticalmente.
1	Bafagem, aragem leve, vento quase calmo	1 – 5	O sentido do vento é indicado pela fumaça, mas não pelo cata-vento.
2	Brisa leve ou aragem	6 - 11	Sente-se o vento na face. As folhas das árvores são agitadas levemente. Os cata-ventos são acionados
3	Vento fraco	12 – 19	As bandeiras leves desfraldam. As folhas das árvores e arbustos movimentam-se continuamente.
4	Vento moderado	20 – 28	Levanta poeira e papéis. Movimenta pequenos galhos de árvores.
5	Vento fresco ou regular	29 – 38	Forma ondas com cristas nos rios e lagos. Faz oscilar os arbustos.
6	Vento muito fresco ou meio forte	39 – 50	Faz zunir os fios telegráficos. Movimenta os galhos maiores das árvores. Dificulta o uso de guarda-chuvas
7	Vento forte	51 – 61	Movimenta o tronco das árvores. Dificulta caminhar contra o vento.
8	Ventos muito forte ou ventania	62 – 74	Quebra galhos de árvores. Impossibilita andar contra o vento.
9	Vento duro ou ventania fortíssima	75 – 86	Produz pequenos danos nas habitações. Arranca telhas. Derruba chaminés de barro.
10	Vento muito duro, vendaval ou tempestade	86 – 101	Derruba árvores. Produz danos consideráveis em habitações mal construídas. Destelha muitas edificações.
11	Vento tempestuoso, vendaval muito forte, ciclone extratropical	102 – 119	Arranca árvores. Provoca grande destruição. Derruba a fiação.
12	Furacão, tufão ou ciclone tropical	Acima de 120,0	Efeitos devastadores. Provoca grande danos e prejuízos.

Estes normalmente são acompanhados de precipitações hídricas intensas e concentradas, que caracterizam as tempestades, mais recorrentes na estação do verão. Além das chuvas intensas, os vendavais podem ser acompanhados por queda de granizo.

Cabe ao Sistema Municipal de Defesa Civil adotar medidas que reduzam os efeitos adversos dos vendavais, principalmente: na salvaguarda de vidas, dos bens materiais de toda ordem, dos sistemas viários, das comunicações e dos serviços essenciais da população.

O relevo de Petrópolis atua como fator importante no aumento da turbulência do ar, principalmente na passagem de frentes frias e linhas de instabilidade onde o ar se eleva e perde temperatura, ocasionando fortes e prolongadas chuvas. A posição geográfica de proximidade com o trópico permite uma forte radiação solar, e a proximidade com a superfície oceânica, aumentando o processo de evaporação, que favorece a formação de nuvens que irão se precipitar sobre a região.

Os locais com as maiores e mais frequentes ocorrências de danos e prejuízos relacionadas aos vendavais, apontadas de acordo com o histórico desse tipo de desastre em Petrópolis, concentram-se em áreas distintas no Município de Petrópolis, sendo eles:

1º Distrito: Sargento Boening; Chacara Flora; Vila Flípe; Morin; São Sebastião; Siméria; Independência; Taquara; Cremerie; Quitandinha; Mosela; e Duarte da Silveira.

2º Distrito: Araras.

3º Distrito: Itaipava.

4º Distrito: Secretário.

Os vendavais normalmente acarretam nas seguintes consequências:

- a) Quedas árvores que causam interrupção de vias, derrubam postes e fiação que interrompem o fornecimento de energia elétrica e comunicações, danificam edificações e colocam em risco pessoas e animais que estejam próximos a estas ocorrências;
- b) Danos às plantações;
- c) Quando acompanhados de chuvas, podem provocar inundações e deslizamentos de solo e/ou rocha;

- d) Produzem danos em habitações mal construídas, principalmente destelhamentos;
- e) Danos às pessoas, veículos, residências, entre outros, devido ao deslocamento de objetos levados pelos ventos.

Em outubro de 2012, por exemplo, um vendaval que atingiu a cidade provocou o destelhamento de 37 imóveis. Quatro pessoas ficaram desabrigadas e uma desalojada. Todas tiveram de receber atendimento da Secretaria de Assistência Social.

O telhado dos fundos de uma loja de material de construção, no distrito de Itaipava, desabou ferindo uma funcionária que foi atendida pelo Corpo de Bombeiros.

O vendaval que durou pouco mais de uma hora, provocou, ainda, a queda de árvores em vários pontos da cidade, deixando alguns bairros sem energia elétrica.

4. OPERAÇÕES

Esta etapa do Planejamento tem por objetivo descrever os procedimentos operacionais a serem cumpridos pelas equipes das instituições participantes, incluindo-se entre estas as organizações públicas e privadas, também contando com a participação das comunidades, os quais deverão ter atribuições claras sobre as ações a serem desempenhadas durante uma eventual resposta a desastres na Cidade de Petrópolis.

Tais procedimentos seguem as diretrizes estabelecidas:

- **Sistema de Comando em Operações (SCO)**, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil/MI

O SCO será utilizado como sistema padrão de resposta aos desastres, estruturando a sua organização e gerenciamento, facilitando a adoção de ações integradas para suprir as complexidades e demandas desses eventos, sem prejuízo de suas competências e limites jurisdicionais.

Desta forma, iremos obter:

- ✓ Maior segurança para as equipes de resposta e demais envolvidos numa situação crítica;
- ✓ O alcance de objetivos e prioridades previamente estabelecidas; e
- ✓ O uso eficiente e eficaz dos recursos disponíveis.

- **Lei nº 12.608**, de 10 de abril de 2012.

Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC;

4.1 AUTORIDADE

O Plano Municipal de Contingência poderá ser Mobilizado ou Desmobilizado pelas seguintes autoridades:

- I. Prefeito;
- II. Secretário de Governo e Chefe de Gabinete;
- III. Vice-Prefeito;
- IV. Secretário de Defesa Civil e Ações Voluntárias;
- V. Diretora Técnico-Operacional da Defesa Civil.

Independentemente de quem acionar o Plano, esta ação deverá ser realizada através dos Grupos Setoriais de WhatsApp (**SOCORRO, ASSISTÊNCIA E REABILITAÇÃO**) e ligações telefônicas para os responsáveis indicados por cada instituição, convocando os órgãos conforme a evolução das ocorrências, priorizando ações de proteção da vida e segurança da população.

4.2 MOBILIZAÇÃO

O Plano de Contingência será ativado sempre que forem constatadas ocorrências de eventos adversos que extrapolem a capacidade dos órgãos de resposta, devido aos impactos causados.

Após a decisão formal de ativar o Plano de Contingência, as seguintes medidas serão desencadeadas:

- a) A Secretaria de Defesa Civil e Ações Voluntárias ativará o plano de chamada das equipes que atuarão operacionalmente nos locais afetados;
- b) Técnicos e representantes envolvidos no Plano poderão ser acionados para compor a Sala de Cooperação que ficará situada na sede da Defesa Civil, ou em outro lugar considerado estratégico pelo coordenador das operações;

- c) Os órgãos a serem mobilizados ativarão seus protocolos internos definidos de acordo com as atividades previstas na Matriz de Atividades X Responsabilidades;
- d) A população será alertada através dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECs), dos agentes comunitários de Saúde e de Endemias, além da vinculação dos alertas nas redes de comunicação existentes no município pela Coordenadoria de Comunicação Social.

4.3 ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA

Uma vez acionado este Plano de Contingência, os órgãos envolvidos no atendimento das situações críticas deverão interagir de forma imediata para reduzir o nível de danos à integridade física e emocional da população envolvida.

Será utilizado a seguinte organização discriminada na tabela 4.

Tabela 4 - Organização dos Grupos de Trabalho

ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS	
FUNÇÃO	INTEGRANTES
COORDENAÇÃO / ARTICULAÇÃO	1. SDCAV – Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ações Voluntárias (juntamente com outros órgãos presentes na Sala de Cooperação)
SOCORRO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ações Voluntárias 2. Secretaria Estadual de Defesa Civil 3. Secretaria Municipal de Educação 4. Secretaria Municipal de Saúde 5. SSSOP – Secretaria Municipal de Serviços, Segurança e Ordem Pública 6. SOHRF– Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Regularização Fundiária 7. Secretaria Municipal de Meio Ambiente 8. Gabinete do Prefeito 9. Procuradoria Municipal 10. Controladoria Municipal 11. ASCOM – Assessoria de Comunicação Social 12. Polícia Militar – 26º Batalhão de Polícia Militar 13. CBMERJ – 15º Grupamento de Bombeiro Militar 14. SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência 15. ACS / ACE – Agentes comunitários de saúde e endemias 16. NUDECs – Núcleos Comunitários de Defesa Civil 17. GCM – Guarda Civil Municipal 18. CPTRANS – Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes 19. REDEC Serrana - Coordenadoria Regional de defesa Civil 20. CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento de Desastres Naturais 21. CEMADEN/RJ – Centro de Monitoramento de Desastres Naturais 22. 32º Batalhão de Infantaria Leve 23. CINDACTA/DTCEA-PCO – Destacamento do Pico do Couto 24. COMDEP – Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis

PLANO DE CONTINGÊNCIA VENDAVAL

	<ol style="list-style-type: none"> 25. ROER – Rede de Operações de Emergência de Rádio Amadores 26. CONKER – Companhia de Concessão Rodoviária 27. OI TELEMAR 28. Companhia Águas do Imperador 29. ENEL– Companhia de Energia Elétrica 30. INEA – Instituto Estadual do Ambiente 31. REBIO - ARARAS Reserva Biológica Estadual de Araras 32. REVISEST - Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Serra da Estrela 33. CEG – Companhia Estadual de Gás 34. Polícia Civil – 105ª e 106ª Delegacias de Polícia Civil 35. PRF – Polícia Rodoviária Federal 36. COBEA Coordenadoria de Bem-estar Animal de Petrópolis 37. CBA - Comando do Bombeiro da Área Serrana
ASSISTÊNCIA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ações Voluntárias 2. Secretaria Estadual de Defesa Civil 3. Secretaria Municipal de Educação 4. Secretaria Municipal de Saúde 5. SSSOP – Secretaria Municipal de Serviços, Segurança e Ordem Pública 6. SOHRF– Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Regularização Fundiária 7. Secretaria Municipal de Meio Ambiente 8. Gabinete do Prefeito 9. Procuradoria Municipal 10. Controladoria Municipal 11. ASCOM – Assessoria de Comunicação Social 12. Polícia Militar – 26º Batalhão de Polícia Militar 13. ACS / ACE – Agentes comunitários de saúde e endemias 14. NUDECs – Núcleos Comunitários de Defesa Civil 15. GCM – Guarda Civil Municipal 16. CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento de Desastres Naturais 17. CEMADEN/RJ – Centro de Monitoramento de Desastres Naturais 18. 32º Batalhão de Infantaria Leve 19. CINDACTA/DTCEA-PCO – Destacamento do Pico do Couto 20. REVISEST - Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Serra da Estrela 21. COBEA Coordenadoria de Bem-estar Animal de Petrópolis 22. SAS – Secretaria Municipal de Assistência Social 23. SADRH – Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos 24. IMCE – Instituto Municipal de Cultura e Esportes 25. MPE – Ministério Público Estadual 26. Instituições Religiosas 27. LBV – Legião da Boa Vontade 28. Grupo de Escoteiros João XXIII 29. Maçonaria 30. Grupo Bom de Trilha 31. Superintendência de Esporte e Lazer 32. Cruz Vermelha Brasileira 33. Instituto Médico Legal 34. Lions Club 35. Rotary Club
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ações Voluntárias 2. Secretaria Estadual de Defesa Civil 3. Secretaria Municipal de Educação 4. Secretaria Municipal de Saúde

REABILITAÇÃO	<ol style="list-style-type: none">5. SSSOP – Secretaria Municipal de Serviços, Segurança e Ordem Pública6. SOHRF– Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Regularização Fundiária7. Secretaria Municipal de Meio Ambiente8. Gabinete do Prefeito9. Procuradoria Municipal10. Controladoria Municipal11. ASCOM – Assessoria de Comunicação Social12. Polícia Militar – 26º Batalhão de Polícia Militar13. CPTRANS – Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes14. COMDEP – Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis15. CONCER – Companhia de Concessão Rodoviária16. Oi Telemar– Companhia de telefonia17. Companhia Águas do Imperador18. ENEL– Companhia de Energia Elétrica19. INEA – Instituto Estadual do Ambiente20. REBIO - ARARAS Reserva Biológica Estadual de Araras21. CEG – Companhia Estadual de Gás22. Polícia Civil – 105ª e 106ª Delegacias de Polícia Civil23. SDE – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico24. Secretaria Municipal de Fazenda25. Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica26. TURISPETRO – Secretaria de Turismo de Petrópolis27. SADRH – Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
---------------------	---

4.4 AÇÕES DE RESPOSTA

A resposta às ocorrências de vendaval será desenvolvida nas diferentes fases do desastre: no pré-desastre, no desastre propriamente dito e na desmobilização.

4.4.1 PRÉ-DESASTRE

4.4.1.1 IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

A Defesa Civil utiliza o mapeamento e a hierarquização de riscos meteorológicos descritos no 3.2, Riscos de Vendaval, além de vistorias técnicas realizadas pelo Departamento Técnico e Operacional solicitadas pela população, com objetivo de avaliar as condições de vulnerabilidade em caso de incidência de chuvas intensas.

4.4.1.2 MONITORAMENTO

O monitoramento dos rios em Petrópolis é realizado pelo INEA, através das suas estações hidrológicas localizadas nos bairros Alto da Serra, Bingen, Coronel Veiga, Centro, Corrêas e Itaipava, além dos diversos pontos pluviométricos distribuídos nos demais bairros do município.

Os serviços de previsão meteorológica do INEA, CEMADEN e CEMADEN-RJ disponibilizam a previsão do tempo, emitindo alertas em caso de previsões de fortes e contínuas precipitações e possível elevação dos níveis dos rios.

A partir deste monitoramento serão estabelecidos níveis de aviso que deverão ser informados pela Secretaria de Defesa Civil e Ações Voluntárias através dos seguintes protocolos estabelecidos:

Tabela 5 - Níveis de Aviso (Secretaria de Defesa Civil e Ações Voluntárias)

NÍVEIS DE AVISO	AÇÕES DESENVOLVIDAS
VIGILÂNCIA	Sem chuvas ou chuvas fracas e esparsas. Nível dos rios normais. O Centro de Operações da Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ações Voluntárias permanece monitorando as condições meteorológicas.
ATENÇÃO	Previsão de ocorrência de chuvas moderadas a fortes. As agências municipais ficam atentas quanto a possibilidade de serem acionadas. Todas as providências de ordem preventiva, relativas ao pessoal e ao material, e impostas pelas circunstâncias decorrentes da situação, são tomadas pelas diversas chefias, logo que a organização receba a ordem de sobreaviso . As pessoas envolvidas na emergência permanecem em seu local de trabalho ou em suas residências, mas, neste caso, em estreita ligação com a organização e em condições de poder deslocar-se imediatamente para o local do trabalho, em caso de ordem ou qualquer eventualidade.
ALERTA	Registro de chuvas intensas. Subida do nível dos rios acima do normal. Os órgãos municipais e entidades participantes do plano ficam preparados para sair da sua base tão logo recebam ordem para desempenhar qualquer missão constante do Plano de Contingências.
ALERTA MÁXIMO	Continuação de chuvas intensas. Rios atingindo 80% do nível de transbordamento. Os órgãos municipais e entidades participantes do Plano ficam preparados, com todos os recursos necessários e em condições de deslocar-se e desempenhar as atividades conforme matriz de responsabilidades, dentro do mais curto prazo. Estes serão acionados conforme a complexidade das ocorrências.

4.4.2 DESASTRE

4.4.2.1 ACIONAMENTO DOS RECURSOS

Após ativação deste Plano, será montada a Sala de Cooperação, em conjunto com os demais órgãos do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, onde será iniciado o gerenciamento das ações e a análise das necessidades de recursos para apoiar as ações de campo.

4.4.2.2 DIMENSIONAMENTO DO EVENTO E DA NECESSIDADE DE RECURSOS (AVALIAÇÃO DE DANOS)

A partir da concretização do desastre caberá à Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ações Voluntárias coordenar as equipes multidisciplinares de avaliação dos danos e prejuízos, possibilitando cadastrar e elencar os recursos necessários às ações de socorro, assistência e reabilitação.

4.4.2.3 MOBILIZAÇÃO E DESLOCAMENTO DOS RECURSOS

Após o gerenciamento inicial das ações e a análise das necessidades, as equipes de campo irão informar ao Departamento Técnico e Operacional a demanda de recursos humanos e materiais necessários às operações de campo. Serão priorizados os recursos necessários ao resgate de vítimas, proteção da população, restabelecimento dos serviços essenciais e ações de normalização das áreas atingidas.

4.4.2.4 INSTALAÇÃO DA SALA DE COOPERAÇÃO

Caberá ao Secretário de Defesa Civil e Ações Voluntárias, após solicitação ao Chefe do Executivo, instalar a Sala de Cooperação que atuará segundo as diretrizes do Sistema de Comando em Operações, acionando os órgãos envolvidos conforme a necessidade.

Poderão participar da Sala de Cooperação:

- I. Representantes das secretarias do governo municipal;
- II. Representantes de órgãos estadual e federal;
- III. Órgãos de apoio do Sistema Municipal de Defesa Civil.

A Sala de Cooperação poderá convidar especialistas ou membros da administração pública direta ou indireta, bem como órgãos públicos de outras esferas e agências especializadas para integrar a equipe de gerência.

Ainda que as decisões emanem dos participantes integrantes da Sala de Cooperação, a coordenação geral das ações caberá ao Secretário de Defesa Civil e Ações Voluntárias.

A composição deste gabinete dependerá dos tipos de emergências e desastres enfrentados e da complexidade de cada um.

4.4.2.5 ORGANIZAÇÃO DA ÁREA AFETADA

Caberá aos órgãos de primeira resposta a organização da cena, ativando preliminarmente as seguintes áreas e instalações:

- Posto de comando;
- Área de espera;
- Áreas de evacuação;
- Área de concentração de vítimas;
- Rotas de fuga;
- Pontos de apoio;
- Abrigos.

4.4.2.6 DECRETAÇÃO DE SE OU ECP E ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Caberá à Diretoria de Treinamento e Capacitação da Secretaria de Defesa Civil e Ações Voluntárias, após a avaliação dos danos e prejuízos causados pelo desastre, a confecção dos relatórios de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa nº 2 do Ministério da Integração Nacional, a fim de assessorar o chefe do Poder Executivo Municipal quanto a necessidade de declarar Situação de Emergência – SE ou Estado e Calamidade Pública – ECP, bem como a confecção de toda documentação necessária em parceria com a Procuradoria Geral do Município.

4.4.2.7 AÇÕES DE SOCORRO

A coordenação da resposta na fase do desastre será realizada pela Defesa Civil Municipal, com o apoio dos órgãos componentes da Sala de Cooperação.

4.4.2.7.1 BUSCA, RESGATE E SALVAMENTO

As ações de busca, resgate e salvamento, inclusive de animais, serão realizadas pelas equipes de socorro e ficarão sob a coordenação do 15º Grupamento de Bombeiros Militar.

4.4.2.7.2 PRIMEIROS SOCORROS E ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

Tais ações serão desenvolvidas em conjunto com o Grupamento de Socorro e Emergência do Corpo de Bombeiros, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Cruz Vermelha e profissionais da área de saúde pertencentes à Secretaria de Saúde.

4.4.2.7.3 ATENDIMENTO MÉDICO E CIRÚRGICO DE URGÊNCIA

Caberá à Secretaria de Saúde, após a triagem do nível de gravidade dos afetados, verificar as unidades de saúde mais adequadas de atendimento.

4.4.2.7.4 EVACUAÇÃO

Quando for estabelecido o nível de aviso que necessite mobilizar a população para locais seguros ou pontos de apoio, a Defesa Civil e a Secretaria de Educação, através dos protocolos existentes em seus procedimentos operacionais, acionarão a abertura dessas edificações e difundirão a informação para a população residente nas áreas de risco.

O Sistema de Alerta e Alarme Comunitário Sonoro será acionado para alertar a população. Os locais onde não existe este tipo de sistema serão atendidos por outras formas definidas pela Secretaria Municipal de Defesa Civil e Ações Voluntárias.

A retirada dessa população será auxiliada pelos agentes de Defesa Civil e poderá contar com o apoio da Guarda Civil, Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECs), agentes comunitários de Saúde e de Endemias, além de voluntários cadastrados na Secretaria de Defesa Civil e Ações Voluntárias.

4.4.2.8 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA

4.4.2.8.1 CADASTRAMENTO DAS VÍTIMAS

Caberá à Secretaria de Assistência Social o cadastramento e a triagem socioeconômica da população afetada pelo desastre. Este será o cadastro oficial que será divulgado pela Prefeitura, através de sua Assessoria de Comunicação Social.

As demais entidades poderão auxiliar nesse cadastro, desde que estejam em contato direto com a Secretaria de Assistência Social para que não haja divergências nas informações.

4.4.2.8.2 ABRIGAMENTO

Considerando as edificações que disponham de instalações físicas e hidrossanitárias, caberá à Secretaria de Assistência Social, com o apoio da Secretaria de Educação e da Secretaria de Defesa Civil e Ações Voluntárias, estabelecer os locais de implantação de abrigos temporários, que estarão diretamente relacionados à intensidade dos eventos.

Nesses locais, serão atendidos somente os munícipes que tiverem sua edificação danificada e/ou destruída, comprovadamente pela vistoria técnica da Defesa Civil, com laudo de interdição, e que não tenha nenhuma outra alternativa de moradia, como casa de parentes ou amigos.

A responsabilidade de ativação e administração dos abrigos temporários será da Secretaria de Assistência Social com o apoio da Defesa Civil e dos órgãos do Grupo Assistência descritos na Tabela 3.

4.4.2.8.3 RECEBIMENTO, ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DOAÇÕES

Caberá à Secretaria de Assistência Social a coordenação do recebimento, organização e distribuição de doativos, com o apoio dos órgãos do Grupo Assistência.

Para tanto, esta deverá coordenar campanhas de arrecadação de alimentos, roupas, água potável, colchões, cobertores, produtos de higiene pessoal, entre outros, que deverão ser triados e distribuídos para a população afetada.

4.4.2.8.4 ATENDIMENTO AOS GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS (CRIANÇAS E ADOLESCENTES, IDOSOS, PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, ETC...)

As ações direcionadas para estes grupos dar-se-ão em conjunto com a Secretaria de Assistência Social e o Conselho Tutelar.

4.4.2.9 MANEJO DE MORTOS

As ações de manejo de mortos em decorrência do desastre – recolhimento de cadáveres, transportes, identificações e liberações para funerais – deverão ser realizadas em conjunto com o Instituto Médico Legal do Estado do Rio de Janeiro (IML- RJ) e o Ministério Público.

4.4.2.10 MOBILIZAÇÃO ADICIONAL DE RECURSOS

Após o gerenciamento das ações e articulação dos recursos iniciais, serão acompanhadas e analisadas outras necessidades pelas equipes de campo, que irão informar a demanda de novos recursos necessários para a Secretaria de Defesa Civil e Ações Voluntárias, que irá coordenar toda a articulação com os demais órgãos do Sistema Municipal de Defesa Civil a fim de atender essas solicitações.

Poderá, ainda, solicitar recursos extraordinários para os governos estadual e federal.

4.4.2.11 ATENDIMENTO À IMPRENSA

Ficará sob a responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) a divulgação das informações relacionadas ao desastre. Para tanto, os órgãos envolvidos deverão concentrar as informações e encaminhar para a ASCOM, a fim de evitar divergência de informações prestadas ao público.

4.4.2.12 AÇÕES DE REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS

4.4.2.12.1 RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

Caberá à Secretaria de Obras, Habitação e Regularização Fundiária a principal responsável pelas ações de Reabilitação do cenário afetado.

4.4.2.12.2 RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS

Caberá à Secretaria de Obras, à Companhia de Desenvolvimento de Petrópolis (COMDEP) e à Companhia de Trânsito e Transportes de Petrópolis (CPTRANS), em conjunto com as concessionárias de serviços essenciais, tais como Enel, CEG, Oi - Telemar, Águas do Imperador, CONCER, entre outras, conforme matriz de responsabilidades, o restabelecimento dos serviços essenciais.

4.3 ATRIBUIÇÕES

4.3.1 ATRIBUIÇÕES GERAIS

São responsabilidades gerais dos órgãos envolvidos no Plano de Contingência para deslizamento de solo e/ou rocha de Petrópolis:

I. Manter um plano de chamada atualizado do pessoal para a execução das atividades previstas na Matriz de Atividades X Responsabilidades;

II. Desenvolver e manter atualizados os procedimentos operacionais necessários para a realização das tarefas atribuídas a cada órgão;

III. Preparar e implementar convênios e termos de cooperação necessários para a participação no plano;

IV. Identificar e suprir as necessidades de comunicação, equipamentos e recursos adicionais para a realização das tarefas atribuídas;

V. Prover meios para garantir a continuidade das operações, incluindo o revezamento dos responsáveis em caso de aumento de demandas e processos continuados;

VI. Identificar e prover medidas de segurança para o pessoal empregado nas atividades de resposta.

4.4 DESMOBILIZAÇÃO

A desmobilização será feita de forma organizada e planejada, devendo a Secretaria de Defesa Civil e Ações Voluntárias ordenar o retorno das famílias às suas residências de acordo com as condições de vulnerabilidade dos cenários e fatores de interrupção no acesso da população aos serviços essenciais básicos. Para tanto, deverá reunir-se com os órgãos competentes para traçar estas ações.

Esse Plano será desmobilizado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que descaracterizem um dos cenários de risco previstos, ou seja, pela não evolução das informações monitoradas, pela não confirmação da ocorrência de eventos ou pela normalização dos serviços essenciais.

Após a decisão formal de desmobilizar o Plano de Contingência, as seguintes medidas serão desencadeadas:

a) Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos definidos de acordo com o nível de desmobilização (total ou retorno gradativo).

b) A Secretaria de Defesa Civil e Ações Voluntárias desmobilizará o plano de chamada das equipes operacionais, técnicos e representantes envolvidos nas ações.

5. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

5.1 MATRIZ DE ATIVIDADES X RESPONSABILIDADES

Identificada a situação anormal, os órgãos relacionados deverão ser acionados e adotarão as medidas que lhes couber, de acordo com as missões específicas de cada órgão, conforme Matriz de Atividades X Responsabilidades (**ANEXO A**).

PAULO RENATO MARTINS VAZ – CEL BM
Secretário de Defesa Civil e Ações Voluntárias

